

Nota Técnica – IPA 27/08/25

Por Francis Lacerda

Título: Avaliação da Proposta do MME para Leilões de Reserva com Fontes Fósseis

1. Introdução

Esta Nota Técnica tem como objetivo analisar a proposta apresentada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), sob a gestão do ministro Alexandre Silveira, em 22 de agosto de 2025, referente à contratação de potência elétrica por meio de leilões de reserva de capacidade (LRCAP).

A proposta preocupa em razão da ênfase que é dada na contratação de termelétricas em detrimento de fontes renováveis e de baixa emissão de CO₂, indo na contramão dos princípios de uma transição energética que venha a combater os efeitos danosos do aquecimento global.

2. A Proposta do MME

Segundo informações oficiais e reportagens divulgadas por veículos como O Globo, UOL, CanalEnergia, CNN, Exame e Agência Infra, entre outras fontes a proposta do MME contempla dois leilões:

2.1. Leilão 1 – Potência Fóssil e Hidrelétrica (2026-2030)

- Contratação de:
 - termelétricas existentes a carvão e gás natural;
 - novas usinas a gás;
 - ampliação de hidrelétricas.
- Entrada em operação prevista entre 2026 e 2030.

2.2. Leilão 2 – Termelétricas a Óleo Combustível e Diesel (2026-2027)

- contratação exclusiva de térmicas existentes a óleo e diesel;
- contratos de duração de três anos.

Em destaque as fontes como biomassa e biocombustíveis (etanol, biodiesel) foram excluídas da proposta e, detalhe, sem previsão de conversão de fontes fósseis para combustíveis renováveis.

3. Problemas Identificados

3.1. No caso da Transição Energética

A inclusão de fontes como carvão mineral, óleo combustível e diesel representa um retrocesso nos compromissos climáticos do Brasil. Tais fontes estão entre as mais poluentes, com elevado custo ambiental e econômico.

3.2. Incompatibilidade com Compromissos Climáticos

Essa ação do MME contraria as diretrizes internacionais de redução de emissões de GEF, especialmente no contexto da COP30, presidida pelo Brasil, que busca pautar a eliminação progressiva de petróleo, gás e carvão da matriz energética global.

3.3. Em termos de Critérios Técnicos de Sustentabilidade

A proposta é isenta de justificativas técnicas em relação aos impactos climáticos e socioambientais; não há avaliação integrada de sustentabilidade.

3.4. Desprezo total em relação às Alternativas Renováveis

A exclusão de biocombustíveis, biomassa entre outras fontes de geração distribuída indica falta de alinhamento com políticas públicas atuais, como o programa Combustível do Futuro e ignora as fontes renováveis despacháveis.

3.5. Índícios de Atendimentos Específicos

A inclusão de usinas a carvão — como a UTE Candiota III (RS), da Âmbar Energia — pode ser traduzida como uma de viabilizar “empreendimentos” específicos, desconsiderando seu alto custo por MWh, baixa eficiência e forte impacto ambiental.

4. Desdobramentos Institucionais e/ou Jurídicos

A Justiça Federal do Rio Grande do Sul decidiu suspender as licenças de operação da UTE Candiota III e da Mina de Candiota, com base em diretrizes de políticas climáticas estaduais e federais. Essa decisão reforça a inadequação dos projetos fósseis em contextos de alta sensibilidade climática.

5. Conclusões e Recomendações

A proposta do MME para os leilões de reserva de capacidade, ao priorizar os combustíveis fósseis em detrimento aos renováveis, significa:

- desalinhamento com as metas climáticas nacionais e internacionais;
- retrocesso em relação à matriz energética limpa do Brasil;
- desconsideração das alternativas técnicas viáveis e ambientalmente sustentáveis.

Assim sendo, recomenda-se:

- revisão da proposta com inclusão de critérios de sustentabilidade, emissão de carbono e viabilidade econômica de longo prazo;
- inclusão das fontes renováveis, com biomassa, biocombustíveis e solar com armazenamento;
- eliminação de subsídios diretos e indiretos a fontes fósseis;
- adoção de mecanismos como Avaliação Ambiental Estratégica.

6. Referências

- Ministério de Minas e Energia. Proposta de leilão de reserva de capacidade. Publicada em 22 ago. 2025.
- CNN Brasil, CanalEnergia, Megawhat, UOL, O Globo. Cobertura do anúncio da proposta.
- Sul21, Brasil de Fato, GZH, Jornal do Comércio. Decisão judicial sobre UTE Candiota III.
- JOTA. Análise sobre implicações da proposta no contexto da COP30.

- Folha de S.Paulo e Poder360. Resultado do leilão de hidrelétricas realizado em 22/08/2025.